

Mato Grosso vem crescendo muito economicamente e avançou socialmente. O Estado galgou postos de destaques entre as unidades da federação ligadas ao *agribusiness*, o qual deve ser entendido como a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.

Assim, o agronegócio ¹ é fundamental para a economia da nossa região. Pois atrai dividendos consideráveis que, entrelaçados aos das demais atividades econômicas, a exemplo da industrialização, impulsionam inclusive a área de prestação de serviços.

Porém, não basta o simples crescer economicamente. É preciso bem mais do que isso. Carecemos nos preparar também com o desenvolvimento, sem, contudo abirmos mão do crescimento, cujo papel é imprescindível para a conquista daquele.

Estágio só alcançado quando aumentarmos, sobremaneira, o cerco a exclusão, ao analfabetismo, as desigualdades, a insegurança e as indiferenças.

Já avançamos bastante nessa direção. Foram importantes as contribuições dos governos anteriores. Mas ainda nos resta muito para caminharmos. Justifica-se, portanto, a nossa apresentação como candidato à reeleição. Empunhamos a bandeira de continuidade, daí o propósito de mantermos todos os programas que vem dando certo. Mantê-los, com a ampliação e a proposição e a viabilização de novos. Por isso o verbo continuar aparece ao lado do ampliar, e ambos estão ligados e entrelaçados ao verbo mudar, formando assim o tripé de sustentação do discurso e da prática administrativa.

¹ Com o agronegócio, a agricultura passa a ser abordada de maneira associada aos outros agentes responsáveis por todas as atividades, que garantem a produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos, considerando assim a agricultura como parte de uma extensa rede de agentes econômicos.

Toda mudança, seja ela social ou organizacional, é acima de tudo desafio, e isso em dois planos. É um desafio coletivo, na medida em que implica no deslocamento de forças (econômicas, políticas, sociais) encravadas na sociedade, cujos interesses mantêm um dado modo de vida; e um desafio psicológico, pois leva ao abandono de idéias e estratégias já cristalizadas. Nessa segunda dimensão, expõe-se com grande dramaticidade o desafio de mudar, mostra-se o quanto a mudança impõe riscos ². Riscos que muitos não querem assumir. Mas nós queremos. Sobretudo porque acreditamos que a mudança é pura virtude: criação de coisas novas, e, principalmente, de comportamentos.

A mudança não parte do zero. Por isso mesmo, uma vez mais, realçamos a bandeira da continuidade. Bandeira de pura dialética: continuidade/ruptura, determinando o que será descartado, o que será preservado e o que será incorporado ao novo.

Empreitada difícil. Não impossível de ser vencida. Para enfrentá-la precisamos de mais um mandato. Mandato que, de acordo com Vânia Siciliano Aieta, se perfaz como uma construção coletiva de interesses e não simplesmente como uma iniciativa individual, ou reduzida ao esforço singular de uma única pessoa. Com isso, o êxito de uma campanha eleitoral e, conseqüentemente, a obtenção de um mandato, desencadeiam-se como uma mobilização coletiva, através de esforços compartilhados e plurais de um determinado grupo político.

Grupo que se encorpou ao longo destes quase oito anos. Firmou-se como uma forte coligação. Até porque coligação é uma integração de forças partidárias para a obtenção do mesmo objetivo. Não apenas o da conquista do poder. Mas na viabilização das mudanças que o nosso Estado tanto necessita. Justifica-se, então, o ficarmos juntos, PMDB, PP, PR, PT, PC do B, PSC, PRB, PTC, PTN, PHS e PRP. Partidos responsáveis pela

² NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política**. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 156.

mobilização da sociedade mato-grossense. Em síntese, essas agremiações se organizam em torno de projetos e de programas, mobilizando-se para continuarem à frente da administração pública estadual para, por fim, traduzir essa posição em avanços concretos para a sociedade.

Essa é uma imposição da nossa necessidade, como unidade produtora e membro de uma federalização, que tem como princípio norteador o estado democrático, republicano e de direitos. Razão pela qual temos que combater quaisquer formas de segregação, discriminação e/ou preconceitos contra as chamadas minorias. Daí a nossa defesa, sempre e enfaticamente, da gramática dos direitos humanos³.

Ao lado dessa defesa, temos o dever de advogar a favor da educação de qualidade, da segurança, da saúde e do meio ambiente. Por isso, somos partidários do chamado crescimento sustentável.

Reconhecemos, entretanto, que Mato Grosso ainda enfrenta situações complexas, inclusive no campo. Oriundas da imposição de barreiras sanitárias e fitossanitárias que precisam ser superadas. Além disso, continua sob ameaça do avanço e severidade de pragas e doenças de plantas e animais já existentes no Estado e daquelas quarentenárias que podem nos ameaçar, e isso requer medidas preventivas competentes e eficazes tanto do poder público quanto do setor produtivo. Embora saibamos da aplicação de medidas pela Secretaria de Defesa Agropecuária-DAS do MAPA, as quais se fundamentam na técnica, na ciência e na legislação em vigor, conforme preconizam os Acordos de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias e de Obstáculos Técnicos ao Comércio da OMC.

³ “Poderiam ser compreendidos como razões peremptórias, pois eticamente fundadas, para que outras pessoas ou instituições estejam obrigadas, e, portanto tenham deveres, em relação àquelas pessoas que reivindicam a proteção ou a realização de valores, interesses e necessidades essenciais à realização da dignidade, reconhecidos como direitos humanos” (VIEIRA, Oscar V. A gramática dos Direitos humanos. In: SANTOS, André Luiz L; ANDRADE, Rogério Emílio de (org.). **Direito e política**. Campinas, SP: Edicamp, 2003, p. 315).

Tarefas que podem continuar tendo a participação de órgãos do Estado, em destaque para a EMPAER.

Ao lado disso, devemos acelerar a ampliação da infra-estrutura energética e o prosseguimento das políticas de conservação do meio ambiente, bem como as iniciativas de fomento as industriais, de inovação tecnológica e de incremento às exportações, somadas ao incentivo às micro e pequenas empresas e o aprofundamento a política de agricultura familiar.

Justifica-se, então, a nossa opção por dividir a proposta de governo, para os próximos quatro anos, em seis eixos, a saber:



Cada um desses eixos contempla todas as áreas da administração pública, as quais contem programas e projetos inovadores, que se somam aos atuais, criados e viabilizados pelo nosso governo, a partir da eleição de Blairo Maggi, em 2002.

Conjunto esse que reforça as nossas proposituras, e estas, por sua vez, retratam um governo alicerçado no municipalismo, na simplicidade, na firmeza, no dinamismo e no equilíbrio. Elas não são apenas palavras, nem

constituem um jogo de retórica e, tampouco, artifícios para transformá-las em trapézio, porque reforçam o nosso compromisso com a população. Compromisso selado pelo voto e pela nossa fidelidade. Pois, juntos e entrelaçados, somos parceiros na luta por um Mato Grosso em primeiro lugar.

O nosso Estado pode, e deve avançar bem mais, uma vez que possui a força de surpreender todas as metas. Carecemos, portanto, planejar as ações capazes da manutenção do crescimento e do desenvolvimento de Mato Grosso. Pois acreditamos que o crescer e desenvolver constitui a argamassa de uma administração pública mais humanizada.

Daí o investir em pessoas, o que requer a bandeira municipalista, cuja essência é acreditar no potencial agrícola, industrial, energético e turístico, transformando todo esse potencial em oportunidades para todos. Esta é nossa parceria na luta por um Mato Grosso em primeiro lugar. Primeiro lugar em qualidade de vida, em desenvolvimento e em sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Isso avaliza as nossas propostas. Propostas que ora apresentamos à sociedade, e valem como passaporte para a nossa candidatura e, com a bênção de Deus e a vontade do eleitor, na renovação do nosso contrato de trabalho para mais um mandato.

A nossa candidatura, portanto, nasceu e ganhou força entre as forças compromissadas com a ampliação do espaço público regional, cujo alicerce é a participação da população, que é imprescindível no processo de integrar e, ao mesmo tempo, de fortalecer os municípios.

A participação do povo é a alma na construção do nosso projeto. E é esse mesmo povo que deve avaliar e concretizar as nossas propostas, assim como igualmente é esse mesmo povo que tem legitimidade para sugerir a ampliação do conjunto de nossas propostas, e ao qual asseguramos desde já esse espaço. Aliás, essa é uma exigência do próprio viver democrático.

EIXO 1

• Combate à exclusão social, pobreza e desigualdade

Combater à exclusão é tarefa imprescindível para a sociedade. Sobretudo para o governador, que a desenvolverá conjuntamente com a iniciativa privada e com o governo federal. Por isso, muitos dos programas sociais já em andamento no Estado serão mantidos e ampliados, de modo que se fortalecerá o compromisso com a população mato-grossense. Daí o caráter de continuidade, sem perder de vista a importância da mudança, especialmente quanto ao fortalecimento da política de inclusão no campo, com organização e informação fundiária, e com inclusão e igualdade social tanto no campo quanto nas cidades.

- Implantar o Programa “Panela Cheia”.
- Manter, ampliar e consolidar o Programa “Patrulha Mecanizada”.
- Manter, ampliar e consolidar o Programa “Produtos da Terra”.
- Manter e regionalizar o Programa “Casamento Comunitário”.
- Ampliar o processo de modernização das bases cartográficas e promover a revisão das bases cartográficas com programas de varredura para viabilizar a solução dos conflitos fundiários
- Unificar e padronizar os procedimentos no que diz respeito à documentação entre os órgãos responsáveis pela regularização fundiária.

- Ampliar o processo de regularização fundiária urbana e rural, como forma de inclusão social.
- As experiências bem sucedidas da produção agrícola sustentável serão sistematizadas e estimuladas para intercâmbio e promoção de políticas públicas e reprodução dessas atividades.
- Revitalizar a EMPAER para a pesquisa e extensão agropecuária voltados à agricultura familiar.
- Estimular a criação de programas de incentivo à utilização de energia alternativa e cogeração de energia apropriada para o setor rural, como a energia solar e o aproveitamento de resíduos orgânicos, a fim de atingir a melhoria da qualidade de vida no campo com baixo custo.
- Incentivar a implantação e funcionamento de Indústrias de cogeração de energia no Estado.
- Implementar o CEASA/MT – Centrais de Abastecimento Atacadista do Estado de Mato Grosso para fortalecer agricultura familiar.
- Promover a interface entre Estado e Municípios, integrando os programas de qualificação e requalificação da mão-de-obra rural.
- Fomentar a participação dos municípios nos programas de modernização tecnológica.

- Agregar valor à produção por meio da industrialização dos produtos agropecuários.
- Fortalecer e ampliar a atuação da Escola Pública de Transito.
- Instituir o Programa “Habilitação para Todos” que visa a formação gratuita de condutores, e a emissão de Carteiras Nacional de Habilitação às pessoas de baixa renda e desempregadas
- No setor habitacional, pretende-se prosseguir e fortalecer o programa “Meu Lar”, através da regularização fundiária em áreas urbanas e regiões deficitárias na questão habitacional.
- Ampliar a rede habitacional com um suporte reforçado nas áreas de saneamento básico e sustentável.
- Implantar, em parcerias com os municípios, um Programa Estadual de Saneamento Básico.
- Manter e ampliar os programas de micro-crédito do MT Fomento.
- Criar e viabilizar um Fundo para Suplementação de Ações de Fomento.
- Ampliar a quantidade de postos de atendimento do MT Fomento nos Municípios do Estado.

EIXO 2**• Crescimento Econômico com Distribuição de Renda e Sustentabilidade Ambiental**

Nas últimas décadas, o Estado de Mato Grosso cresceu sua economia consideravelmente. É preciso crescer bem mais, sem perder de vista os cuidados com o meio ambiente e a preocupação com a distribuição de renda. Nesse sentido, o nosso governo consolidará os programas que tiveram êxito, mantendo e ampliando políticas públicas que têm implicado em crescimento do Estado e beneficiado a população.

Nessa ordem, a ampliação de crédito para os agricultores familiares através de políticas públicas diferenciada, a criação de uma política de micro-crédito para o pequeno e médio empreendedor, e de uma linha de crédito facilitado para o setor de comércio e serviços, torna-se medida de extrema importância para se alavancar um círculo virtuoso de geração de renda, o que passa a ser compromisso primordial do próximo governo.

De igual sorte, deve se dar idêntica importância para o setor industrial de grande porte, um dos maiores desafios de Mato Grosso para o crescimento de sua competitividade. Por isso, fazem parte dos compromissos do próximo governo o incentivo à implantação de indústrias de grande porte em todas as regiões do Estado, com elevado crescimento do parque industrial, para o que se torna fundamental a expansão da rede de energia adequada ao consumo industrial.

No setor de turismo, outro campo de grandes desafios e potencialidades, torna-se necessário e se fará um cuidadoso plano de ações de fortalecimento, com programas voltados especialmente com programas específicos para a Copa/2014, criando-se estruturas especiais de segurança, saúde, educação, mobilidade com infra-estrutura urbana, e capacitação de

mão de obra e eventos para turismo, as quais se desdobrarão em uma rede estrutural que dissemine os ganhos da Copa para todas as regiões do Estado.

Com relação ao crescimento econômico e logístico, com distribuição de renda, o nosso governo promoverá um plano de criação, recuperação e duplicação de malhas viárias, integrando as várias modalidades de transporte, para o escoamento da produção do Estado e para a melhor integração de suas regiões.

Todas essas medidas serão implementadas com o foco na sustentabilidade ambiental, que é uma de nossas maiores preocupações, onde se pretende fortalecer a SEMA e estimular os municípios à criação de seus órgãos ambientais, com uma ampla ação de articulação entre a SEMA/MT, IBAMA, a Ministério do Meio Ambiente e as Secretarias do Meio Ambiente dos demais Estados, para o controle do transporte de madeira ilegal, com atenção especial aos recursos hídricos.

Uma das ações de incentivo ao crescimento do setor rural para o pequeno e médio produtor é a expansão das áreas irrigadas do Estado, e o estímulo ao uso racional do solo e da água, que será feito através da transformação da SEDER em uma Secretaria de Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Irrigação.

Além disso, nosso governo incentivará a produção mineral do Estado fortalecendo a gestão sobre os recursos minerais.

- Manter e consolidar os programas “Estradeiro” e “Obras Públicas”.
- Ampliar a malha viária asfaltada e restaurar as estradas já pavimentadas

- Interligar, por vias pavimentadas, todos os Municípios do Estado.
- Criar o programa de construção de Pontes de Concreto.

- Instrumentalizar a exploração de hidrovias e ferrovias.

- Promover ações políticas para concretizar e avançar as obras do PAC no ramo de ferrovias, estendendo o ramal da FERRONORTE de Alto Araguaia – Rondonópolis – Cuiabá.

- Promover ações políticas para a construção da Ferrovia Centro Oeste (Intercontinental) no trecho Uruaçu (GO) – Água Boa – Lucas do Rio Verde – Porto Velho (RO).

- Federalizar e ampliar as MT 100, 242, 265, e MT 322.

- Consolidar a hidrovia Paraguai-Paraná e estruturação dos portos como importante via de transporte da produção

- Buscar parcerias para implantar a hidrovia Araguaia - Teles Pires.

- Manter e ampliar os programas: “Proteção do Clima”; “Conservação e Gestão da Biodiversidade”; “Gestão de Áreas Degradadas”.

- Realizar e viabilizar o Cadastramento Ambiental Rural (CAR), bem como apoiar na elaboração do Plano Ambiental Municipal.

- Implantar o Programa de “Desenvolvimento Estratégico da Cadeia Produtiva do Turismo” – PRODETUR.
- Estruturar os aeroportos regionais que já tem pistas pavimentadas com instituição de vôos 24hs, e construir novas pistas de vôo em regiões estratégicas.
- Ampliar o suporte logístico e a infra-estrutura (sinalizações turísticas, rodovias, aeroportos) para recebimento dos turistas junto aos municípios.
- Incentivar as Instituições Financeiras a criarem linhas de crédito específicas para a cadeia produtiva do turismo.
- Criar programa de divulgação do potencial turístico das regiões mato-grossenses.
- Fortalecer e ampliar a quantidade de escritórios de apoio ao turismo.
- Promover a criação de um setor da polícia dedicado ao atendimento aos turistas.
- Criar o “Programa COPAA (Cerrado, Pantanal Amazônia, Araguaia), que consistirá em um amplo programa envolvendo turismo, esporte, meio ambiente e educação para desenvolver uma rede estrutural que dissemine os ganhos da Copa para todas as regiões do Estado.

- Promover a articulação entre a SEMA/MT, IBAMA, a Ministério do Meio Ambiente e as Secretarias do Meio Ambiente dos demais Estados, no sentido do compartilhamento dos dados contidos nas licenças liberadas pela SEMA/MT e do monitoramento do transporte da madeira licenciada, de sua origem ao seu destino final, e estabelecimento de parceria entre esses órgãos.

- Incentivar a ampliação logística de distribuição da produção de cada região, através da melhoria da qualidade de vida, com o aumento dos serviços de educação, saúde, habitação, saneamento e segurança, nos municípios através da implantação de rede de energia adequada ao consumo industrial, com a profissionalização industrial

- Estabelecer uma política de incentivo e compensação aos pequenos e médios produtores das regiões para participarem das atividades da indústria, com a aquisição de matéria-prima por eles produzida, com a contratação de mão de obra local para as obras de construção civil e de atividades industriais, com a manutenção de escolas públicas e profissionalizantes, com o financiamento de suas produções, com o fornecimento de sementes, matrizes, tecnologia e estruturas de produção, com a implantação de sistemas de cooperativismo de produção e transporte.

- Promover campanhas de divulgação do potencial industrial de Mato Grosso.

- Estender o Programa de Distritos Industriais para outras regiões do Estado.
- Ampliar logística de distribuição de produtos industrializados para outros centros do país.
- Ampliar as parcerias com Instituições de Ensino profissionalizantes, a fim de criar mão-de-obra industrial qualificada.
- Instituir o programa “IRRIGA MT” para garantir aos produtores mato-grossenses, através de capacitação técnica e recursos financeiros, condições que permitam a captação, armazenamento e uso racional do solo e da água, de modo a incentivar o desenvolvimento rural sustentável mediante combate aos efeitos da falta de água nos sistemas produtivos das propriedades rurais mato-grossenses.
- Estabelecer parcerias com os municípios na execução do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Mato Grosso.
- Garantir a execução de ações e intervenções para a manutenção e/ou intensificação das atividades produtivas existentes em áreas com Estruturas Produtivas Consolidadas ou a Consolidar.
- Fortalecer e ampliar a política pública estadual de reciclagem de materiais, com vistas à criação de distritos industriais voltados para o ramo.

- Implantar redes de pequenas e médias usinas de processamento do lixo orgânico.
- Promover um programa de recuperação de pastagens degradadas.
- Transformar a SEDER em Secretaria de Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Irrigação.
- Estimular o uso de energia elétrica durante o período noturno com estímulo fiscal para irrigação rural.
- Criar pólos microrregionais, em coordenação com as demais cidades do entorno, incumbidos de desenvolver projetos de melhoria de sua estrutura para suprir as demandas surgidas em decorrência do Mundial FIFA/2014, envolvendo os municípios para que possam melhorar suas estruturas turísticas não só visando o Mundial de 2014, mas para que a atividade torne-se importante setor das economias locais.
- Criar o “Programa Mão na COPA” para formar mão-de-obra especializada para o evento através da formação de instrutores e guias com informações focadas nas áreas do meio ambiente e história.
- Cumprir todos os compromissos e prazos com a FIFA, para a realização da Copa de 2014 em Cuiabá-MT.
- Criar nos municípios centros de apoio ao turista e de apoio e comercialização do artesanato local.

- Construir centros de eventos nas “regiões indutoras” do turismo em Mato Grosso.
- Criar programa de disseminação de informações a respeito de história e o meio ambiente entre a população do município e para os turistas.
- Consolidar o Plano Diretor de Turismo de Mato Grosso.
- Manter e fortalecer os programas vinculados ao MT Regional, os quais estão relacionados à agricultura família.
- Continuar e ampliar o acesso do crédito e políticas diferenciadas aos agricultores familiares, incentivando a diversificação da produção da agricultura familiar.
- Apoiar assentamentos com qualidade, recuperar os assentamentos existentes, possibilitando o crédito fundiário e a rede de apoio técnico-educacional.
- Melhorar as vias de escoamento da produção do agricultor familiar. Possibilitando ao mesmo acesso aos mercados gerando renda.
- Assegurar o acesso à eletrificação rural através da ampliação e otimização da execução do Programa “Luz para todos”.
- Promover a inclusão de associações rurais no rol de membros do Comitê Gestor Estadual do Programa “Luz para Todos”.

- Criar programas de ação específica para regiões de agricultura familiar no tocante ao saneamento básico e saúde da família.
- Criar e manter programas de desenvolvimento da agricultura de base familiar, com objetivo de estimular a produção agroecológica e tornar a agricultura sustentável.
-
- Estimular programas de desenvolvimento para as minorias e populações tradicionais, como forma de garantir o êxito de suas atividades agropecuárias e florestais.
- Ampliar a rede de escolas nas áreas de agricultura familiar. Privilegiando o ensino técnico voltado a dar suporte as atividades que geram renda.
- Adotar políticas de apoio à produção de hortifrutigranjeiros, envolvendo os agricultores, a sociedade civil organizada, o comércio, a indústria e os órgãos de governo, priorizando a agricultura familiar, assentados e cooperativas.
- Manter e fortalecer o Programa Mato-grossense de Melhoramento da Pecuária.
- Estimular o crescimento da agricultura.
- Ampliar a atuação da EMPAER na execução do Programa de Assistência Técnica para as Empresas Agropecuárias emergentes mediante a elaboração de estudos de viabilidades econômicas.

- Manter e fortalecer os programas: “APLs - Arranjos Produtivos Locais”, “Distritos Industriais e Comerciais”.
- Promover ações políticas de fomento da ampliação de rede de energia adequada ao consumo industrial.
- Ampliar e fortalecer as Escolas Técnicas Estaduais.
- Estimular parcerias entre pequenos e médios produtores para o fornecimento de matrizes-sementes-tecnologias-estrutura de produção da matéria-prima.
- Incentivar a implantação do sistema de cooperativismo entre pequenos e médios produtores da matéria-prima.
- Incrementar o fortalecimento do Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial (FUNDEIC).
- Incentivar a implantação de indústrias de fertilizantes.
- Estender e contribuir para a expansão do programa de Modernização e diversificação das atividades econômicas, estimulando a realização de investimentos, a inovação tecnológica das estruturas produtivas e o aumento da competitividade estadual, com ênfase na geração de emprego e renda e na redução das desigualdades sociais e regionais.

- Investir e Consolidar a Zona de Processamento e Exportação de Cáceres.
- Incentivar o fomento de programas de qualificação em gestão para trabalhadores do setor comercial.
- Criar programa de incentivo aos pequenos e médios empreendedores e de suporte a comercialização dos produtos.
- Ampliar o apoio a atividade artesanal em todas as regiões do Estado.
- Divulgar maciçamente e ampliar a política de micro-crédito para o pequeno e médio empreendedor.
- Criar linha de crédito facilitado para o setor de comércio e serviços, visando melhorar a sua estrutura e capacitação de pessoal para a Copa do Mundo de 2014.
- Manter e o Programa de Eficiência Energética de comunidade de baixa renda, do hospital de saúde dos militares e efficientização energética do sistema de semáforos.
- Ampliar a execução do Programa de Eficiência Energética e estimular a elaboração de projetos de efficientização energética, através de concessão de bolsas de estudos.
- Consolidar o PROBIOMAT - Programa de Bio-combustíveis do estado de Mato Grosso.

- Anistiar e regularizar o uso de energia elétrica em comunidades que a obtém de forma clandestina.
- Instituir o Plano de Fontes Energéticas Alternativa, com estímulo fiscal e de subsídio governamental.
- Fortalecer o funcionamento da Companhia Mato-grossense de Gás - MT Gás.
- Estimular e consolidar o funcionamento e atividade da Termoelétrica no Estado, estimulando, ainda, a criação de novas.
- Promover incentivos para consolidar e ampliar a distribuição do gás no Estado.
- Manter e estender o Programa de Desenvolvimento da Mineração – PROMINERAÇÃO.
- Manter e estender o Programa Geologia Brasil: contribuição da geologia e mineração para o desenvolvimento regional do Estado.
- Consolidar e ampliar os projetos de mapeamento geológico do Estado.
- Continuar e fortalecer a gestão sobre recursos minerais e aos levantamentos geológicos e aero - geofísicos para a descoberta de novas jazidas.

- Manter parcerias com as Universidades no Estado, visando o levantamento geológico e aero - geofísicos para a descoberta de novas jazidas.

EIXO 3

• Desenvolvimento e Acesso à Saúde, Educação, Esporte, Lazer, Cultura, Ciência e Inovação Tecnológica

Uma política de crescimento sempre terá que vir acompanhada da política de desenvolvimento. Esta é e continuará sendo uma marca do nosso governo. Em função disso, manteremos e ampliaremos os programas até agora consagrados, os quais se somarão a outros de inovação em suas respectivas áreas.

- Manter e incrementar os seguintes programas no setor da saúde: “Saúde da família”, “vigilância em saúde”, “Rede de atenção de média e alta complexidade com foco na regionalização”. “Viva Mulher”, “Programa QualiSUS”.
- Criar a Fábrica Mato-grossense de Medicamentos e estruturar um cronograma de dispensação dos medicamentos produzidos pelo Estado aos seus Municípios.
- Promover a contratação de novos Agentes de Saúde, com fim de suprir as faltas existentes.
- Promover incentivo fiscal à iniciativa privada para a cooperação no custeio dos serviços particulares contratados

emergencialmente, bem como na aquisição de equipamentos e estrutura física de saúde.

- Elevar os percentuais orçamentários da saúde.
- Buscar parcerias, junto ao segundo e terceiro setor, e ao governo federal, para o financiamento da saúde no Estado.
- Incentivar os municípios à adesão aos programas de saúde do governo federal, com o fim de aumentar o Piso de Atenção Básica (PAB).
- Incrementar as ações dos Conselhos de Saúde estaduais e municipais, com vistas à melhor fiscalização das aplicações dos recursos financeiros.
- Estruturar o aparelhamento estatal para colaborar com os Municípios na área da saúde através de aporte financeiro e da formulação e fornecimento de cursos de capacitação em gestão de projetos na área da saúde.
- Ampliar e fortalecer a rede de Hospitais Regionais nas áreas de referência de media e alta complexidade, e as UPAs – Unidades de Pronto Atendimento.
- Implantar o sistema de co-gestão, Estado e Municípios, na regulação dos Serviços de Urgência e Emergência.
- Implantar o Hospital Estadual da Criança.

- Instituir e implantar o Centro Estadual de Recuperação para Dependentes Químicos, e capacitar profissionais na área de Saúde para compor equipes multidisciplinares em serviços de atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso/abuso de substâncias psicoativas, exercendo atividades educativo-preventivas, clínico-recuperativas e gestão de programas e serviços de prevenção e reabilitação da dependência química.
- Colaborar para a conclusão do Hospital Universitário de Cuiabá com 250 (duzentos e cinquenta) leitos.
- Fortalecer o Programa Saúde na Escola (PSE) e o Programa Estadual de Saúde do Trabalhador Urbano e Rural.
- Estimular à implantação de parcerias público-privadas na prestação de serviços públicos de atenção a saúde, em especial para a ampliação da rede de hospitais públicos existentes e a serem construídos.
- Fortalecer os Centros de Atenção Psico-Social (CAPS), informatizando o sistema de fichas de internação compulsória.
- Implantar o Programa “Volta para Casa” para reintegração de pessoas acometidas de transtornos mentais e egressas de longas internações.
- Manter e ampliar os programas Aprendizagem com Qualidade e Gestão Ativa.

- Criar e viabilizar os Centros Poli-Esportivo-Cultural, sob a forma de Fundação Pública.
- Promover Programas Públicos de Leituras.
- Proporcionar aos estudantes da rede pública estadual acesso ao estudo de idiomas mediante a criação do Instituto Mato-grossense de Idiomas - IMI.
- Instituir e viabilizar o Programa “*Conectar*” que visa estimular o apadrinhamento de escolas públicas estaduais por grupos da sociedade civil organizada.
- Criar e viabilizar o Balcão do Estagiário.
- Criar e viabilizar o “Programa Cidadão 2014”, a ser desenvolvido nas escolas estaduais, em parceria com a iniciativa privada, com a finalidade de estabelecer escolas de futebol aliado a instrução formal incentivando os destaques por meio de bolsas e convênios.
- Fortalecer as ações do Programa MT Vestibular criando mais pólos de ministração das aulas no interior do Estado.
- Criar o Programa Jovem Potencial para incentivar estudantes oriundos de famílias com renda mensal de até 02 (dois) salários mínimos com potencial cognitivo e comprometimento com os estudos acima da média de seus pares cronológicos.

- Reativar a Fundação Cultural com o objetivo de incentivar a produção cultural, nas mais diversas áreas no Estado.
- Universalizar turno de seis horas nas escolas públicas estaduais.
- Climatizar todas as salas de aula das escolas da rede de ensino do Estado.
- Ampliar os programas “Bolsa Atleta”, “Caminhando para uma Vida Saudável” e o programa “Segundo Tempo na Comunidade”.
- Garantir recursos públicos e fomentar políticas de parceria com iniciativa privada para atletas.
- Criar espaços e adquirir equipamentos de esporte e lazer.
- Estimular o diagnóstico da diferença e importância do esporte escolar com esporte comunitário.
- Instituir e viabilizar políticas públicas desportivas para as minorias.
- Ampliar o Programa PROAC 2010 (Programa de Apoio a Cultura).
- Instituir o Ticket Cultura.

- Integrar políticas de educação e cultura, transformando as unidades de ensino em centros irradiadores de cultura.
- Estimular ações que incorporem a preservação da memória e patrimônio cultural dos municípios.
- Incentivar ações culturais de integração regional no Estado, observando as seguintes regiões: Pantanal, Cerrado, Amazônia, Araguaia e Baixada Cuiabana.
- Instituir o Programa Pró-Cultura estudantil, através da concessão de passaporte cultural interestadual.
- Estimular e ampliar os programas de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação.
- Fomentar a formação qualificada de Recursos Humanos no setor de Ciências e Tecnologia.
- Fomentar e incentivar a produção de projetos de pesquisa, Transferência de Tecnologia e Fomento, promovidos pela EMPAER.
- Instituir o Prêmio Cientista Júnior e Sênior para identificar e estimular as iniciativas de pesquisa nas escolas e universidades criando uma cultura de desenvolvimento de ciência e tecnologia em Mato Grosso, fortalecendo o papel institucional da FAPEMAT.

- Proporcionar um espaço político da ciência e tecnologia como agente de desenvolvimento do Estado.
- Iniciar o debate sobre a viabilidade de implantação de cursos no ensino público superior em ciências biológicas nas Regiões em que se e ativará os Hospitais Estaduais Regionais.

EIXO 4

♦ Segurança e Cidadania Solidária

Cabe ao Estado se preocupar também com a segurança pública, e a garantia desta possibilita a conquista da cidadania. Princípio norteador da nossa administração, cuja impulsão também foi promovida por programas concernentes ao PAS, Gestão da Tecnologia da Informação, de Incentivo Fiscal e o PROCON, além de outros, os quais serão objeto de continuidade e aperfeiçoamento por nosso governo.

Assim, a criação dos Centros de Inteligência nas regiões pólos, a criação do Programa Estadual de Direitos Humanos e o desmembramento da SEJUSP em duas secretarias, de Segurança Pública e de Justiça, são algumas das medidas de base para a implantação que reverterão em melhor atendimento e segurança para o cidadão, com agilidade nas demandas da segurança e justiça de Mato Grosso.

- Ampliar os programas de Modernização das Práticas de Gestão nos Órgãos das SEJUSP.
- Promover o desmembramento da SEJUSP em Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Justiça com objetivo de proporcionar um melhor atendimento ao cidadão e agilidade nas demandas da segurança e justiça de Mato Grosso.

- Implantar modelo de gestão do sistema penitenciário produtivo (Presídios Industriais), humanizando o sistema e ressocializando o maior número possível de apenados
- Instituir o modelo de Parceria Público-Privada na gestão do sistema penitenciário estadual.
- Consolidar o PROERD – Programa Educar para Transformar.
- Criar Centros de Inteligência nas regiões pólos, unificando progressivamente os serviços de informação, comunicação e estatística das polícias militar, civil e técnico-científica, para melhor articular o planejamento estratégico e a ação conjunta das polícias nos bairros.
- Melhorar a capacidade de atendimento e estrutura dos Corpos de Bombeiros existentes, e criar novos batalhões nos Municípios que carecem desta estrutura.
- Criar batalhões de ações rápidas e altamente especializados nas regiões pólos.
- Fortalecer e ampliar a instalação dos Conselhos Comunitários de Segurança (Consegs).
- Ampliar a área de cobertura do CISC – Centro Integrado de Segurança e Cidadania para que esteja mais presente em todas as

regiões e próximo ao cidadão cumprindo a importante missão estatal de dar segurança e garantir a paz social.

- Ampliar o efetivo da Segurança Pública, através de concursos públicos regulares.
- Superar a deficiência salarial revendo os ganhos dos policiais e organizar as tarefas atribuídas a eles com mais segurança.

- Estruturar a Corregedoria Geral, Controladorias e Ouvidorias das Polícias, tornando efetivas as ações preventivas de fiscalização do serviço policial e as ações coercitivas contra os policiais que praticarem desvios ou crimes.

- Criar e estruturar serviços de atendimento psicossocial ao agente policial.

- Promover a educação, capacitação profissional e trabalho nos presídios.

- Garantir assessoria jurídica para a defesa aos policiais efetivos em processos administrativo-disciplinares, por atos decorrentes no exercício da função.

- Criar o Auxílio Fardamento para os policiais Militares como forma de incentivo à classe.

- Criar, como forma de melhorar a gestão da segurança pública, as Câmaras de Segurança

- Promover concurso interno para ascensão promocional de praças por merecimento, de modo a valorizar e estimular o desenvolvimento intelectual.
- Promover a defesa da fixação de carga horária de trabalho dos Praças, sem interferir na determinação temporal da escala de jornada de trabalho, de modo a assegurar-lhes o exercício constitucional do direito de recebimento de hora extra ou compensação de horas
- Promover a reforma estrutural e material dos prédios públicos destinados à segurança pública.
- Implantar verba de insalubridade dos peritos criminais civis.
- Aderir e apoiar o Programa “Começar de Novo”, do Conselho Nacional de Justiça.
- Manter e fortalecer a Fundação Nova Chance.
- Ampliar o Programa Rede Cidadã.
- Ampliar a estrutura e postos de atendimento do PROCON.
- Criar a Secretaria Adjunta de Direitos Humanos dentro da Secretaria Estadual de Justiça.
- Aprofundar a transversalidade da política de direitos humanos nas diversas políticas setoriais.

- Avançar na implementação das metas pactuadas nas Declarações Internacionais de Direitos Humanos junto aos Comitês, Comissões e Cortes Internacionais de Direitos Humanos, em articulação com as três esferas do governo e sociedade civil.
- Ampliar a política de acesso à justiça.
- Fortalecer a Defensoria Pública do Estado para cumprir seu mister legal de atuar na defesa internacional de direitos humanos através da formulação de denúncias perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos,
- Instituir e viabilizar o apadrinhamento sócio-afetivo de crianças e adolescentes abrigados, cujos vínculos familiares estejam total ou parcialmente rompidos, através da criação do Programa “Filhos do Coração”.
- Promover a criação da Cartilha sobre convivência Familiar e Comunitária.
- Combater a Exploração Sexual e o Tráfico de Crianças e Adolescentes.
- Fortalecer e apoiar o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Criar a Fundação Jovem Profissional, que estimulará a ascensão social de jovens carentes na faixa etária entre 15 a 17 anos

funcionando como agente de integração entre estes mirins e as empresas e profissionais liberais, e promovendo a qualificação profissionalizante remunerada e especializada para esta faixa etária com treinamento para serem cidadãos da era da informática e da informação.

- Incluir a disciplina de Educação em Direitos Humanos no ensino público estadual.
- Instituir o Programa Estadual de Direitos Humanos.
- Instituir o Certificado de Entidade Promotora de Direitos Humanos.
- Apoiar o desenvolvimento de projetos comunitários e de educação profissional, envolvendo o Terceiro Setor e o Governo, em prol da inclusão laboral das pessoas portadoras de necessidades especiais.
- Assegurar passe livre intermunicipal às pessoas portadoras de necessidade especial.
- Manter política de transporte público intermunicipal, escolar e hospitalar adaptado às pessoas portadoras de necessidades especiais.
- Adotar e defender o princípio de educação inclusiva visando assegurar a matrícula das crianças portadoras de necessidades especiais em escolas regulares.

- Viabilizar a educação inclusiva das pessoas portadoras de necessidades especiais nas escolas regulares mediante a capacitação do quadro docente da rede de ensino e o emprego de verba para a adaptação arquitetônica dos prédios da rede estadual de ensino e para a construção de salas de apoio pedagógico.
- Fiscalizar se os currículos escolares e estratégias de ensino estão adequados à realidade dos alunos portadores de necessidades especiais e promover a adequação se necessário.
- Assegurar a participação de entidades de defesa de deficientes e para deficientes nos processos decisórios de todas as áreas diretamente envolvidas no seu atendimento.
- Promover a expansão da educação profissional técnica para os portadores de necessidades especiais e promover campanhas e incentivos fiscais sensibilização dos empresários de cada região para que empreguem adequadamente os alunos formados nestes cursos.
- Manter e consolidar o funcionamento do Conselho Estadual da Mulher para consecução de suas atividades e alcance de seus objetivos.
- Ampliar a rede de Delegacias de Defesa da Mulher e aprimorar e humanizar a infra-estrutura daquelas já existentes.

- Promover cursos de capacitação e sensibilização da força policial do Estado às questões relativas às questões de gênero.
- Criar Centro de Referência de Atendimento às Mulheres dotado de recursos humanos e jurídicos.
- Instituir Casas de Abrigo às Mulheres vítimas de violência e apoiar iniciativas privadas com esta finalidade.
- Promover os Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão.
- Fortalecer e ampliar os serviços da saúde da mulher, conforme Plano de Assistência Integral a Saúde da Mulher.
- Combater a exploração sexual e ao tráfico de mulheres.
- Incentivar campanhas e programas de estímulo ao parto normal, ao aleitamento materno, à prevenção do câncer de colo uterino e de mama.
- Promover a educação da política de gênero na sistemática de comunicação do Governo do Estado e da rede público de ensino.
- Apoiar a construção de Centros de Convivência que promovam o acesso à informática, atividades culturais, artesanais e turísticas às pessoas idosas, oportunizando-lhes o cuidado com sua saúde bio-psico-social.

- Manter e consolidar o funcionamento do Conselho Estadual dos Idosos para consecução de suas atividades e alcance de seus objetivos.
- Fortalecer o processo de humanização do atendimento ao idoso e dos locais de atendimento às suas necessidades básicas.

- Criar o Centro de Referência de Atendimento ao Idoso para proporcionar à população idosa assistência especializada área de medicina física e reabilitação, a partir de uma equipe multiprofissional, e despertar os profissionais de saúde para a importância da geriatria preventiva;

- Apoiar e realizar campanhas educativas de estímulo ao respeito a esta população, visando estimular a participação social do idoso;

- Prestar assistência domiciliar ao idoso inválido ou com alto grau de dependência, oferecendo apoio e orientação aos familiares, com o objetivo de reduzir internações hospitalares.

- Instituir ouvidoria permanente em defesa da igualdade racial, no âmbito dos Poderes Legislativo e Executivo.

- Apoiar programas e projetos municipais e de entidades da sociedade civil, voltados para a promoção de igualdade de oportunidades para a população negra.

EIXO 5

• Governabilidade e Gestão Fiscal

Neste eixo a nossa atenção se volta para a questão da governabilidade e da gestão. Duas colunas essenciais, inclusive facilitadoras para o alcance de quaisquer metas traçadas. Justificam-se, portanto, a manutenção e a ampliação dos programas de modernização da Gestão Tributária, Gestão da Tecnologia da Informação, Gestão da Informatização das Políticas Públicas, Programa de Incentivos Fiscais.

Desse modo, o nosso governo não poderia deixar de ampliar esse quadro. Por isso, dará continuidade e ampliará os investimentos na área de gestão de pessoas e na área de transparência da gestão pública, com a reestruturação das ouvidorias setoriais, dentre outras propostas já apresentadas.

É compromisso de nosso governo a reavaliação da política de ICMS e de fiscalização de mercadorias nos postos fiscais do Estado.

Temos o compromisso com o equilíbrio das contas públicas e com a responsabilidade fiscal.

- Ampliar os programas de Gestão da Tecnologia da Informação para acompanhar, avaliar e gerir um conjunto de indicadores de desempenho e resultados, de forma ágil, segura e eficaz, propiciando maior certeza na tomada de decisões que beneficiam a coletividade.

- Valorizar o servidor público, mantendo e aperfeiçoando o Programa de Valorização e Conscientização do Servidor Público Estadual.
- Fortalecer e reestruturar a Escola do Governo para executar as políticas de capacitação dos servidores públicos e garantir acesso dos servidores a cursos do ensino superior.
- Dar continuidade e ampliar os investimentos na área de gestão de pessoas do Estado.
- Institucionalizar a Política Estadual de Desenvolvimento Contínuo de Servidores, através de cursos e implantação de planos de carreira, com sistema de mérito, aperfeiçoando os instrumentos que associam incentivos ao desempenho do servidor, vinculados a metas institucionais e ao desempenho individual, em conformidade com os princípios da administração gerencial, voltada para resultados.
- Manter a política de regularização dos passivos trabalhistas.
- Garantir a política de remuneração do servidor com pagamento dentro do mês trabalhado.
- Manter e fortalecer o MT Saúde.
- Institucionalizar a Política Estadual de Estímulo à Formação de uma Rede de Projetos mediante a promoção de concurso de projetistas, a abertura da Biblioteca Virtual de Projetos de

Políticas Públicas e Sociais, sob a coordenação e gerência da FAPEMAT.

- Fortalecer a UNEMAT para o cumprimento de sua missão institucional, bem como garantir o aumento de vagas dos cursos.
- Apoiar e envidar esforços políticos para a implantação da Universidade Federal em Rondonópolis, Várzea Grande, Sinop e Barra do Garças.
- Aperfeiçoar o processo de integração do Sistema de Aquisições Governamentais com outros sistemas corporativos, como FIPLAN e SIGPAT.
- Dar continuidade aos trabalhos e investimentos destinados à área sistêmica do Poder Executivo Estadual.
- Implantar assinatura digital de todas as autoridades (E-CPF) e ampliar o parque gráfico para aumentar o *mix* de produtos gráficos.
- Transformar a Secretaria de Auditoria em Secretaria de Controle e Transparência, para acumular as funções de Auditoria e Corregedoria Geral e subordinar as Ouvidorias Setoriais e Autárquicas.
- Manter e ampliar os programas de Coordenação de Políticas Públicas, de Gestão da Informatização das Políticas Públicas e de Desenvolvimento Municipal.

- Ampliar as ações de mobilização das organizações para a adesão ao programa GESPÚBLICA no Estado.
- Manter e ampliar o Programa de Incentivos Fiscais, através do fortalecimento do PRODEIC.
- Intensificar a prospecção, defesa e aperfeiçoamento permanente de recursos federativos nacionais, como parceria ou complemento daqueles gerados das bases tributárias e recursos próprios, hipótese em que não se pode descartar a articulação e coordenação inter-regional.
- Aumentar capacidade de investimento em infra-estrutura, mediante rigor fiscal que limite taxa de crescimento das despesas correntes.
- Promover maior clareza e simplicidade no sistema de arrecadação e tributação, mediante normas mais claras, desburocratizadas e de fácil cumprimento.
- Manter o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Mato Grosso.
- Consolidar o Programa de Desenvolvimento da Administração Fazendária – PROFISCO – MT.
- Desenvolver estudos econômicos para a revisão da margem de lucro do ICMS Garantido Integral.

- Manter a aproximação da Secretária da Fazenda com a população e a educação fiscal do cidadão, através da troca de notas fiscais por cupons premiados, que serão sorteados com a reversão do prêmio para o consumidor contemplado.

- Promover a redução do ICMS do diesel, e avançar na macro política de redução de carga tributária.

- Manter e fortalecer a independência e harmonia dos Poderes.

- Fortalecer a atuação institucional do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas.

EIXO 6• **Cooperação Federativa Municipalista**

Um governo preocupado com o crescimento e o desenvolvimento deve promover a cooperação com os Municípios, fortalecendo-os. Justifica-se, então, a manutenção e a ampliação dos Consórcios Regionais. Razão pela qual o nosso governo criará a Secretaria das Cidades e consolidará o programa do Governo Itinerante, inaugurando uma nova era da descentralização e desconcentração da administração pública do Estado, onde este estará presente em cada município, atendendo com maior eficiência as demandas de suas populações.

- Manter e ampliar os programas de Formação de Brigadas Indígenas de Prevenção e Controle dos Incêndios Florestais, e expandir o programa para outras terras indígenas no Estado cujo risco de incêndio florestal é eminente.
- Ampliar as ações de Inclusão digital de comunidades através de bases informatizadas com sinal via satélite.
- Fortalecer a agricultura familiar e a agroecologia em comunidades indígenas onde haja escassez de alimento, desnutrição e mortalidade infantil.
- Fortalecer a Superintendência de Assuntos Indígenas.
- Aprofundar a experiência de fóruns públicos de discussão do Plano Plurianual, desenvolvendo iniciativas para estabelecer

novos padrões de transparência, debate público e controle da execução do Orçamento do Estado.

- Reestruturar e fortalecer o programa de Consórcios Regionais – MT Regional.
- Transformar a Secretaria de Assuntos Estratégicos na Secretaria das Cidades.
- Incentivar os Municípios a criarem seus Planos Diretores, com base nos dados do ZSEE - Zona Sócio-Econômica Ecológica.
- Manter e consolidar o programa do Governo Itinerante.
- Empreender esforços político-jurídicos a favor do nosso Estado para a regularização das terras situadas entre Mato Grosso e o Pará, lutando pela anexação desta área a Mato Grosso, com vistas a assegurar o respeito aos limites divisórios entre o Estado de Mato Grosso e o Estado do Pará, e promover segurança jurídica para a regularização de terras situadas na faixa territorial em litígio.